

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**

Portaria n.º 439/2006

de 8 de Maio

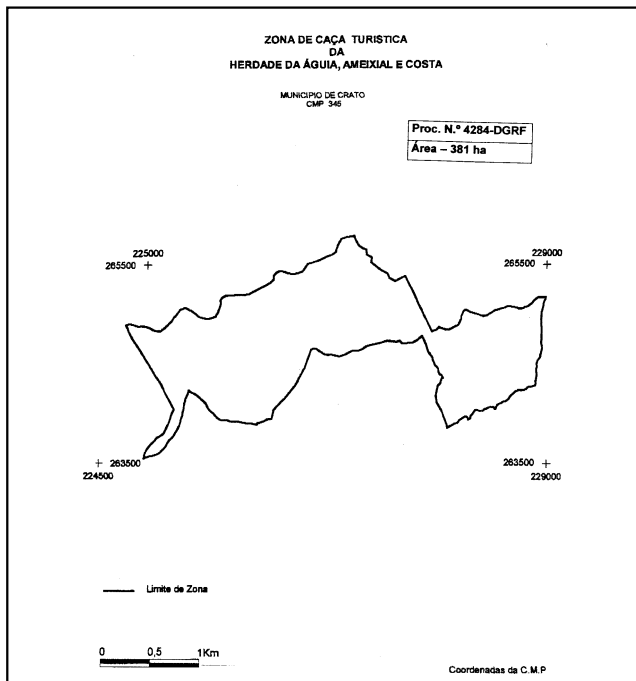
Com fundamento no disposto no artigo 31.º, na alínea a) do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro;

Ouvido o Conselho Cinegético Municipal do Crato: Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é concessionada, pelo período de 12 anos, renovável automaticamente por um período igual, à FLOCOR, Sociedade Agrícola de Cortiças Flocor, S. A., com o número de identificação fiscal 500412855, com sede na Rua da Corticeira, 34, apartado 47, 4536-902 Mozelos VFR, a zona de caça turística da Herdade da Águia, Ameixial e Costa (processo n.º 4284-DGRF), englobando vários prédios rústicos cujos limites constam da planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante, sitos na freguesia de Monte da Pedra, município do Crato, com a área de 381 ha.

2.º A zona de caça concessionada pela presente portaria produz efeitos, relativamente a terceiros, com a instalação da respectiva sinalização.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, em 19 de Abril de 2006.



Despacho Normativo n.º 29/2006

O Regulamento do Programa de Apoios a Conceder pelo Fundo Florestal Permanente em 2005 e 2006 foi aprovado, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 679/2004, em anexo ao Despacho Normativo n.º 35/2005, de 25 de Julho, com as alterações intro-

duzidas pelo Despacho Normativo n.º 49/2005, de 26 de Outubro, e do qual faz parte integrante.

O novo prazo estabelecido no Despacho Normativo n.º 49/2005 para a formalização em 2005 das candidaturas aos apoios na área «Promoção do ordenamento e gestão florestal», bem como o seu elevado número, conduziu ao prolongamento do respectivo prazo de decisão, impossibilitando a reformulação atempada de eventuais candidaturas não aprovadas para nova submissão dentro do prazo previsto em 2006. Assim, torna-se necessário proceder à adaptação do prazo para apresentação das candidaturas a esta área de apoio.

Por outro lado, na área «Promoção de sistemas de gestão florestal sustentável e certificação», acção «Certificação de sistemas de gestão florestal sustentável», este Programa de Apoios contemplou como beneficiárias, além dos órgãos de gestão dos baldios, a administração central e local e as organizações de produtores florestais. Constatando-se ainda que a certificação de sistemas de gestão florestal constitui um incentivo útil aos produtores florestais no estabelecimento de sistemas de gestão florestal sustentável, representando hoje a certificação uma mais-valia clara na actividade dos produtores, considera-se ser de interesse permitir que também os produtores florestais possam aceder ao apoio a conceder pelo Fundo Florestal Permanente, no âmbito desta acção, pelo que se torna necessário alterar a norma que delimita os respectivos beneficiários. Desta alteração releva ainda a necessidade de prolongar o prazo de apresentação das candidaturas nesta área de apoio, por forma a tornar exequível a sua elaboração em tempo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 679/2004, de 19 de Junho, determino o seguinte:

1.º

Alteração

Os n.ºs 7.º e 24.º do Regulamento do Programa de Apoios a Conceder pelo Fundo Florestal Permanente em 2005 e 2006, aprovado em anexo ao Despacho Normativo n.º 35/2005, de 25 de Julho, alterado pelo Despacho Normativo n.º 49/2005, de 26 de Outubro, e do qual faz parte integrante, passam a ter a seguinte redacção:

«7.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — Em 2006, as candidaturas devem ser apresentadas entre 1 de Fevereiro de 2006 e 30 de Abril do mesmo ano, com excepção das referentes aos apoios previstos nas alíneas b) e d) do n.º 1 do n.º 2.º, que devem ser apresentadas entre 1 de Fevereiro de 2006 e 30 de Maio do mesmo ano.

24.º

[...]

- a) No caso da alínea a), os produtores florestais, as organizações de produtores florestais, os órgãos de administração de baldios e os organismos da administração central e local;
- b)

2.º

Produção de efeitos

A produção de efeitos do presente despacho retroage à data de entrada em vigor do Despacho Normativo n.º 35/2005, de 25 de Julho.

3.º

Entrada em vigor

O presente despacho entra em vigor no dia a seguir ao da sua publicação.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 17 de Abril de 2006. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho Normativo n.º 30/2006

O Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, que define o regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos em que sejam exercidas actividades de apoio social do âmbito da segurança social, consagra, no seu artigo 46.º, que as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento dos respectivos estabelecimentos constam de diplomas autónomos.

Nestes termos, e no que respeita às actividades de apoio social dirigidas a pessoas idosas, o Despacho Normativo n.º 12/98, de 13 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 47, de 25 de Fevereiro de 1998, veio estabelecer as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento dos lares para idosos.

Com objectivos semelhantes a estes estabelecimentos, mas com características próprias, têm sido apresentados projectos de construção de estruturas residenciais para pessoas idosas, por parte de entidades, essencialmente com fins lucrativos, tendo em vista o licenciamento dos respectivos estabelecimentos pelos competentes serviços de segurança social, no âmbito da aplicação da citada legislação.

Estes estabelecimentos, embora se enquadrem, em termos de pressupostos e finalidades, nas condições reguladoras dos lares para idosos, apresentam uma tipologia distinta, no que respeita à capacidade, amplitude e modelo de organização.

Constituindo grandes investimentos com o objectivo de criar respostas de qualidade, os referidos projectos tendem a dispor, face à sua dimensão, de uma capacidade superior à que se encontra fixada para os lares de idosos no Despacho Normativo n.º 12/98, de 13 de Janeiro.

Encontrando-se em curso processo de revisão do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, bem como do Despacho Normativo n.º 12/98, de 13 de Janeiro, no âmbito do qual se pretende contemplar as realidades emergentes no contexto da acção social, de apoio e acolhimento de pessoas idosas, estas estruturas residenciais serão abrangidas no novo quadro regulador.

No entanto, e até à conclusão deste processo de revisão, há que estabelecer normas específicas para a apreciação do processo de licenciamento destes estabelecimentos, no âmbito da aplicação do Despacho Normativo n.º 12/98, de 13 de Janeiro, e do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio.

Pretende-se, contudo, salvaguardar rigorosamente o cumprimento dos demais requisitos técnicos constantes nos citados diplomas, designadamente no que respeita às condições de implantação do estabelecimento, à estrutura física e orgânica do edifício e aos indicadores de pessoal, continuando deste modo a ser garantida a prestação de serviços de elevada qualidade às pessoas idosas utentes destes equipamentos.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — Para a implantação de qualquer estabelecimento correspondente a lar de idosos, os interessados devem requerer aos serviços competentes do Instituto da Segurança Social, I. P., parecer técnico prévio, relativo às condições necessárias ao desenvolvimento da actividade pretendida, tendo em conta a dimensão e organização do respectivo estabelecimento.

2 — A emissão do parecer técnico referido no número anterior obedece, nos seus precisos termos, às condições previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, sem prejuízo de os serviços competentes do Instituto da Segurança Social, I. P., solicitarem todos os esclarecimentos, estudos e documentos complementares necessários à avaliação do pedido dos interessados, que atestem o cabal cumprimento dos demais requisitos técnicos definidos no Despacho Normativo n.º 12/98, de 13 de Janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no presente diploma, excepcionam-se dos requisitos técnicos definidos no Despacho Normativo n.º 12/98, de 13 de Janeiro, a capacidade dos estabelecimentos e respectivos quartos nos termos das alíneas seguintes:

- a) A capacidade máxima dos estabelecimentos correspondentes a estruturas residenciais é, em regra, de 120, tendo em conta a adequação e organização das áreas funcionais;
- b) A capacidade dos quartos é de uma ou duas camas, sendo que, pelo menos, 25 % dos mesmos devem corresponder a quartos individuais.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 31 de Março de 2006. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Portaria n.º 440/2006

de 8 de Maio

Sob proposta do Instituto Politécnico de Leiria e da sua Escola Superior de Tecnologia e Gestão;

Considerando o disposto no Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino